

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9331 | Salvador, quarta-feira, 10.06.2026

Presidente em exercício Elder Perez



BRASIL

Saúde Caixa: a conta não pode cair no colo do empregado

Página 3

Refém das *bets*

Transformadas em negócio bilionário,

as apostas *online* avançam sobre a renda e a saúde mental da população. Enquanto o governo tenta ampliar a regulação e o atendimento aos dependentes, propostas de controle mais rígido são boicotadas no Congresso. O resultado é uma conta cada vez mais pesada para trabalhadores, famílias inteiras endividadadas e a saúde pública.

Página 4

MANOEL PORTO



Meninas obrigadas a crescer cedo demais

Cinco em cada mil bebês nascidos são de mães com até 14 anos. É assustador

JULIANA AMBROZI
imprensa@bancariosbahia.org.br

EM MEIO à discussão a respeito da decisão do Senado em anular a resolução que garante suporte e proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, dados do Ministério da Saúde indicam que mais de 12 mil bebês nasceram de mães com até 14 anos em 2024. Pela legislação brasileira, toda gravidez nessa faixa etária é consequência de estupro de vulnerável.

A resolução derrubada pelos senadores bolsonaristas estabelecia diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes e garantia a efetivação de direitos assegurados pela legislação, como o acesso ao aborto em casos de gravidez decorrente de estupro.

O último levantamento do Atlas da Violência mostra aumento dos casos de violência sexual con-

tra crianças e adolescentes entre 2023 e 2024, enquanto o Ministério da Saúde aponta que 5 a cada 1 mil nascimentos registrados no país decorreram de gestações em que o aborto é legalmente permitido.

No ano passado, o SUS registrou 9.140 notificações de estupro contra meninas que resultaram em gravidez. Desse total, aproximadamente 20% tiveram acesso ao procedimento de aborto legal, ou seja, a maioria (80%) não abortou.

A discussão da aprovação do PDL (Projeto de Decreto Legislativo), que suspende os efeitos da resolução em prol do acolhimento de menores violentados, pelo Senado, é motivo de preocupação nacional, visto que a medida enfraquece políticas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes de todo o Brasil.



Quase 70% das notificações de estupro são de crianças entre 5 e 14 anos

Pensão para órfãos do feminicídio

FILHOS e dependentes de mulheres vítimas de feminicídio já podem solicitar a pensão especial regulamentada pelo INSS. O benefício, no valor de um salário mínimo, é destinado a menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social, cuja renda familiar per capita seja igual ou

inferior a um quarto do salário mínimo.

Além dos filhos biológicos, têm direito à pensão enteados, menores sob guarda, tutelados e crianças acolhidas pelo Estado que comprovem dependência econômica da vítima. A regulamentação também assegura o benefício aos filhos e dependentes de mulheres transgênero, desde que o crime seja caracterizado como feminicídio.

O pedido pode ser feito pelo Meu INSS, aplicativo ou telefone 135. É necessário apresentar documentos pessoais, inscrição atualizada no CadÚnico e comprovação da tipificação do crime, por meio de documentos como inquérito policial. Autor, coautor ou participe do feminicídio não podem representar os beneficiários.



TEMAS & DEBATES

Feminicídio preocupa

Graça Gomes*

O feminicídio é uma das formas mais graves de violência contra a mulher no Brasil. O aumento dos casos provoca debates sobre a eficácia das políticas públicas de proteção e a necessidade de ampliar ações de prevenção. Especialistas alertam que a maioria dos crimes ocorre após um histórico de violência doméstica, ameaças e agressões que, muitas vezes, não recebem a atenção necessária.

Grande parte das vítimas é assassinada por companheiros ou ex-companheiros, dentro do próprio ambiente familiar. O cenário evidencia que o feminicídio não é um ato isolado, mas resultado extremo de uma sequência de violências motivadas pela desigualdade de gênero e pelo sentimento de posse sobre a mulher.

Apesar dos avanços nas leis de proteção, os números continuam preocupantes e revelam desafios no atendimento às vítimas, no cumprimento de medidas protetivas e na conscientização da sociedade sobre a gravidade do problema. Organizações de defesa dos direitos das mulheres defendem a ampliação da rede de acolhimento, o fortalecimento das delegacias especializadas e investimentos em educação para combater a cultura da violência.

O crescimento dos casos reforça a necessidade de ações urgentes e permanentes. Mais do que punir os responsáveis, especialistas apontam que é fundamental identificar os sinais de violência precocemente, oferecer apoio às vítimas e promover mudanças culturais que garantam às mulheres o direito de viver com segurança, respeito e dignidade.

Enquanto os casos aumentam, o feminicídio permanece como um dos maiores desafios sociais do país, exigindo mobilização coletiva para impedir que mais vidas sejam interrompidas pela violência de gênero.

*Graça Gomes é diretora do Sindicato dos Bancários da Bahia
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Bradesco ignora a saúde e demite

O SINDICATO da Bahia repudia as demissões promovidas pelo Bradesco, que atingiram trabalhadores com estabilidade garantida por conta de adoecimento ocupacional e até os amparados por decisões judiciais que asseguraram a permanência no banco.

As dispensas ocorreram após a extinção de um setor inteiro do banco, justamente às vésperas do feriado. Entre os desligados, trabalhadores adoecidos, alguns em licença médica e outros beneficiários de tutela antecipada e liminares judiciais. Mesmo diante das garantias legais, a empresa optou por comunicar e manter as demissões.

A situação foi levada pelo Sindicato, por meio da COE, à Diretoria de Relações Sindicais do Bradesco. A entidade exigiu o cancelamento imediato das demissões, mas o banco manteve a medida, sob alegação de que a extinção do setor permite o desligamento inclusive de trabalhadores com estabilidade.

Para o Sindicato, a justificativa não tem respaldo jurídico e representa mais um capítulo da política de desmonte promovida pela empresa. A entidade destaca que a estabilidade decorrente de adoecimento ocupacional possui proteção legal específica e não pode ser ignorada.



Avanço da IA exige proteção ao emprego

A RECENTE decisão da Justiça chinesa de considerar ilegal a demissão de trabalhadores para substituí-los por Inteligência Artificial lança um debate que o Brasil não pode adiar. A transformação tecnológica é inevitável e pode trazer benefícios para a sociedade, mas não pode servir como justificativa para a eliminação de empregos e a precarização das relações de trabalho.

No setor bancário, a discussão é urgente. Há anos os bancos promovem processos de digitalização, fechamento de agências e redução de quadros de pessoal. Somente em 2025, foram eliminados 8.910 postos de trabalho, segundo levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e



Estudos Socioeconômicos) com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Em 2024, as empresas fecharam 6.198 vagas.

Ao mesmo tempo, investe pesado em IA. Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2025 revela que oito em cada 10 bancos brasileiros já incorporaram inteligência artificial generativa nas operações, enquanto os investimentos em tecnologia devem alcançar R\$ 47,8 bilhões.

Luta precisa ser coletiva

Ato nacional chama os empregados para pressionar o banco

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

COMO quase tudo na vida, a luta pela garantia do plano de saúde sustentável, de qualidade e acessível a todos os empregados da Caixa precisa ser coletiva. Sem unidade, a direção do banco pode fazer o que bem entender, como vem demonstrando nas negociações.

As entidades representativas pressionam, mas o engajamento precisa ser de todos. Inclusive, ontem, houve mais um Dia Nacional de Luta em Defesa do Saúde Caixa. A principal reivindicação é o fim do teto que limita a 6,5% da folha de pagamento a custeio do banco com o convênio médico.

Em Salvador, a ação principal aconteceu na agência da Caixa de Armação. Além do Sindicato, participaram representantes da Federação da Bahia e Sergipe, da AGECEF Bahia, APCEF e AEA (entidades de empregados e aposentados da Caixa).



MANOEL PORTO
Diretor do Sindicato Érico de Jesus

O atual limite inviabiliza a regra 70/30, pela qual a Caixa assume 70% das despesas e os empregados, 30%. Na prática, a manutenção do teto transfere custos para os trabalhadores, que hoje já arcam com cerca de 45% das despesas do Saúde Caixa.

A situação financeira do plano é outro motivo de preocupação. As projeções apontam para um déficit que pode ser superior a R\$ 1 bilhão nos próximos anos, caso não haja mudança no modelo atual de financiamento. Por falar em assistência médica, a saúde mental também está no radar. Os empregados da Caixa estão entre os que mais se afastam por doença de cunho psicológico. O assunto merece atenção.



MANOEL PORTO
Dia Nacional de Luta mobiliza empregados da Caixa na agência Armação

Bets, roleta da dependência

Quase 11 milhões de brasileiros estão em risco de adoecimento

CAIO RIBEIRO
imprensa@bancariosbahia.org.br

AS APOSTAS online deixaram de ser apenas um negócio bilionário para se tornar um problema de saúde pública. Mais de 574 mil brasileiros já recorreram à Plataforma Centralizada de Autoexclusão para bloquear o próprio acesso às casas de apostas, um sinal de que milhares de pessoas perderam o controle sobre o jogo.

Os dados são alarmantes. Segundo o Ministério da Saúde, 41% dos usuários da ferramenta relatam impactos na saúde mental ou dificuldades para interromper as apostas. A dependência avança em ritmo acelerado, impulsionada pela publicidade agressiva que transformou as *bets* em presença constante no cotidiano



dos brasileiros.

Criada pelo governo Lula, a plataforma permite o bloqueio simultâneo em todos os sites regulamentados do país. A maioria dos cadastrados optou pela exclusão por tempo indeterminado, além da interrupção de novos registros e do recebimento de propagandas do setor.

O problema, no entanto, vai além do comportamento individual. Endividamento, renda familiar comprometida e ado-

ecimento emocional aparecem entre as principais consequências de um mercado que cresceu mais rápido do que a capacidade de regulação do Estado. Enquanto as empresas acumulam lucros, aumenta a pressão sobre o SUS e sobre as políticas públicas de saúde mental.

Diante do avanço descontrolado do adoecimento decorrente das apostas, o governo ampliou investimentos em pesquisas e atendimento especializado. No Congresso, cresce a cobrança por limites rígidos à publicidade e por regras capazes de frear uma indústria que afeta milhões de famílias.

ecimento emocional aparecem entre as principais consequên-

SAQUE | Rogaciano Medeiros

VALOR DOBRADO Mais do que fortalecer e aperfeiçoar o projeto de democracia social no Brasil, a reeleição de Lula em outubro - dia 4 o primeiro turno e 25 o segundo - é preponderante para derrotar a pretensão imperial de transformar a América Latina em quintal dos Estados Unidos, com o resgate da doutrina *Monroe*. O presidente brasileiro é essencial à luta pela multipolaridade no subcontinente. Reafirma o Brics.

PRIMEIRO TURNO Cada vez mais que desaba nas pesquisas, Flávio Bolsonaro (PL), candidato da extrema direita, perde votos na direita descaradinha, o velho Centrão, preocupado unicamente em usar o cargo para obter vantagens e que só cola em quem vai ganhar. É neste cenário que Lula pode se reeleger no 1º turno. Será uma boa oportunidade para aparar as asas dos oportunistas de plantão.

CINISMO ELEITORAL É o que se pode chamar de desfaçatez eleitoral. A extrema direita fala tanto em liberdade de expressão, porém recorreu ao TSE para esconder do povo o resultado de uma pesquisa legal e legítima do AtlasIntel, mostrando queda de Flávio Bolsonaro na corrida presidencial. Pior foi o presidente do tribunal, bolsonarista Nunes Marques, ter referendado o pedido de censura.

VONTADE POPULAR De nada adianta o presidente do TSE, Kássio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro, censurar resultado de pesquisa. Pode repetir a dose quantas vezes quiser, não importa o argumento usado. A vontade popular é soberana, muito mais forte e vai prevalecer. O povo está descobrindo que Flávio Bolsonaro é mais uma farsa da extrema direita e vai dar o troco nas urnas, em outubro.

SURDINA BOLSONARISTA A decisão do Senado de manter em tramitação a proposta que estabelece o pagamento por hora trabalhada comprova a disposição da maioria bolsonarista dos senadores de sabotar o fim da escravagista escala 6x1. Só não assumem publicamente que são contra a PEC por se tratar de ano eleitoral. Não querem se queimar com o eleitor. Preferem agir na surdina.



SORTEIO

Minha mãe e eu, e a mãe da minha mãe

Os associados ao Sindicato podem assistir gratuitamente à peça *Minha mãe e eu, e a mãe da minha mãe*. A entidade vai sortear um par de ingressos para a sessão de sexta-feira, às 19h30, no Teatro Módulo, na Pituba.

Para participar, basta enviar e-mail para redacoes-bba@gmail.com com nome completo, agência e telefone até as 13h30 de amanhã. O espetáculo reúne no palco o ator Fábio Vidal e sua mãe, Dona Rosvanda Melo, que aos 80 anos esbanja vitalidade em uma história marcada por humor, emoção e afeto. A montagem é indicada para toda a família. Quem não for sorteado pode adquirir os ingressos no Sympla.

